

**PEDIDO DE COMPRA: 000214 / 2026****EMIÇÃO: 24/04/2026****SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**

Objetivo: Oxigênio para abastecer as unidades e ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA.

Justificativa: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os vários setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA realizam diversas modalidades de atendimentos e serviços aos pacientes que buscam estas UBS e setores. Alguns destes atendimentos e serviços compreendem a atenção para pacientes que possuem dificuldades respiratórias ou patologias que possam ocasionar manifestações respiratórias importantes. Da mesma forma, as ambulâncias que compõem a frota de veículos da SEMSA, responsável por transportar pacientes para internações em unidades hospitalares tanto dentro quanto fora da área do município de São Luiz Gonzaga, muitas vezes em situações de urgência/emergência. Para que estes pacientes possam enfrentar esses trajetos da forma mais segura possível, é importante que estas ambulâncias estejam devidamente equipadas para garantir a segurança e a saúde destes pacientes durante estes trajetos. Tendo-se em conta estas questões, é vital que as UBS, setores e ambulâncias da SEMSA possuam unidades de oxigênio medicinal a disposição, de modo a atender as necessidades dos pacientes e garantir a saúde dos mesmos.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os vários setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA realizam diversas modalidades de atendimentos e serviços aos pacientes que buscam estas UBS e setores. Alguns destes atendimentos e serviços compreendem a atenção para pacientes que possuem dificuldades respiratórias ou patologias que possam ocasionar manifestações respiratórias importantes.

Da mesma forma, as ambulâncias que compõem a frota de veículos da SEMSA, responsável por transportar pacientes para internações em unidades hospitalares tanto dentro quanto fora da área do município de São Luiz Gonzaga, muitas vezes em situações de urgência/emergência. Para que estes pacientes possam enfrentar esses trajetos da forma mais segura possível, é importante que estas ambulâncias estejam devidamente equipadas para garantir a segurança e a saúde destes pacientes durante estes trajetos.

Tendo-se em conta estas questões, é vital que as UBS, setores e ambulâncias da SEMSA possuam unidades de oxigênio medicinal a disposição, de modo a atender as necessidades dos pacientes e garantir a saúde dos mesmos.

Logo, o objeto da presente licitação é à aquisição parcelada de recargas de gás oxigênio medicinal.

A última contratação se encontra sem vigência.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Luiz Gonzaga, conforme os itens 44399 "Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M³", 9391 "Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M³", 44400 "Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M³" e 10479 "Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M³", estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais a serem adquiridos têm natureza de materiais comuns, tendo em vista que seus padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

A aquisição destes instrumentais será realizada por meio de licitação, na modalidade Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos Artigos 82 a 86 da Lei Federal Nº 14.133/2021 e conforme Decreto Nº 11.462/2023.

CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

ITEM 01 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M³

ITEM 02 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M³



ITEM 03 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M³

ITEM 04 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M³

Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo ser entregues com as mesmas características e tamanho, cheios, lacrados, sob pena de devolução;

A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal capacitado, usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, disponibilizados pela futura contratada, garantindo a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos;

A contratada deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos.

Os cilindros devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar;

Quando da entrega e retirada dos cilindros um funcionário do contratado deverá acompanhar o procedimento.

PRAZO, LOCAL E FORMA

O fornecimento do objeto contratado se dará conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede da SEMSA na Rua Fernando Machado, nº 2899, Bairro Agrícola - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000.

Caso o Setor Administrativo da SEMSA considerar viável, um contrato administrativo poderá ser elaborado junto a empresa vencedora, de modo a garantir a entrega dos materiais de forma mais regular. Este contrato terá a validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, respeitando o prazo máximo decenal, conforme Art. 107 da Lei Federal Nº 14133/2021.

Conforme disposição Decreto Municipal Nº 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (hum) ano e seu quantitativo originalmente registrado poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- Manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto Nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;

- Haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

- A prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

Neste sentido, se a empresa beneficiária da ata está cumprindo com suas obrigações (prazo, quantidades e qualidade do bem registrado) e o preço registrado se mantém vantajoso, a prorrogação da vigência da ata com a renovação das quantidades por mais um ano, pode acarretar benefícios significativos à Administração. Tais como:

1. Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir anualmente novo processo administrativo de contratação;
2. Redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala;
3. Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN.

DOCUMENTOS: Para a oferta dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei Federal Nº 14.133/2021:



Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Seguridade Social);
- d) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Municipal (domicílio ou sede da licitante);
- f) Certidão que prove a regularidade com e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata, ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Documento Relativo ao Cumprimento ao Disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:

- a) Declaração de que a licitante observa o disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República, que versa sobre a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos ficando ciente que a infração importará em cláusula de rescisão de contrato.
- b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. – Certidão gratuita, expedida mediante acesso as páginas: <http://www.tst.jus.br> ou <http://www.csjt.jus.br>.

Documentos relativos à Qualificação Técnica:

- a) Licença sanitária válida para comercialização de produtos correlatos/produtos para a saúde, bem como para fabricar, armazenar e transportar gases medicinais, expedida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal do domicílio da licitante;
- b) Autorização de Funcionamento (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA relativa à fabricação/envase de gases medicinais. Se a participante for apenas distribuidora de gases medicinais, deverá apresentar AFE – Autorização de Funcionamento, pertinente à empresa fabricante/embaladora, acompanhada do contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com firma reconhecida e de declaração do fabricante/embaladora autorizando a distribuidora a dispor/utilizar de seus documentos em processos licitatórios;
- c) Licença Ambiental, plenamente válida;
- d) Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), emitido pelo IBAMA, contendo os códigos 18-1, que autoriza o transporte de cargas perigosas e 18-7, que autoriza o comércio de produtos químicos e perigosos.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos; Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do



ajuste.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA: Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990); Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei N.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

SANÇÕES:

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I- dar causa à inexecução parcial do contrato; II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III- dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; IX - praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato; XII praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I- advertência; II multa; III- impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021). O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, Inciso IV, da Lei Nº 14.133, de 2021).

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas para este processo têm como parâmetro a necessidade administrativa atual da SEMSA. Este quantitativo foi estimado como o necessário para sanar esta necessidade de forma adequada.

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	QUANT
01	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M³	100



02	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M³	100
03	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M³	100
04	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M³	100

Os quantitativos foram estimados para o período de 01 (hum) ano e têm como parâmetro as necessidades recorrentes dos atendimentos realizados pelas equipes da SEMSA.

Conforme disposição Decreto Municipal Nº 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (hum) ano e seu quantitativo originalmente registrado poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- Manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto Nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;

- Haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

- A prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

Neste sentido, se a empresa beneficiária da ata está cumprindo com suas obrigações (prazo, quantidades e qualidade do bem registrado) e o preço registrado se mantém vantajoso, a prorrogação da vigência da ata com a renovação das quantidades por mais um ano, pode acarretar benefícios significativos à Administração. Tais como:

1. Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir anualmente novo processo administrativo de contratação;
2. Redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala;
3. Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Para que o Município garanta o abastecimento de oxigênio medicinal existem várias alternativas, com vantagens e desvantagens:

1- Tanque criogênico de oxigênio líquido

Indicado para municípios com consumo elevado, o que não é o caso da presente contratação.

2- Consórcio intermunicipal

Vários municípios realizam contratação conjunta, o que facilita a garantia de estoque regional. Porém, o Município não faz parte de consórcio que preveja tal contratação e a realização de um novo consórcio despenderia muito tempo.

3- Contrato de fornecimento com empresa especializada

A opção mais comum.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 61.071,00 (sessenta e um mil, com setenta e um reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT MINIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Recarga de				



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01	Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M³	10	100	R\$ 146,00	R\$ 14.600,00
02	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M³	10	100	R\$ 139,05	R\$ 13.905,00
03	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M³	10	100	R\$ 168,72	R\$ 16.872,00
04	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M³	10	100	R\$ 156,94	R\$ 15.694,00

Justifica-se tal valor tendo em vista que, através de uma pesquisa realizada na forma do Decreto Municipal Nº 6.871/2022 “Estabelece o Procedimento Administrativo para a realização de Pesquisa de Preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de Obras e Serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021”, em contratações semelhantes, foi possível verificar que o valor a ser contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para contratos semelhantes, com base no Artigo 6º, § 1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise das alternativas disponíveis para suprimento de oxigênio medicinal, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento do produto constitui a solução mais adequada ao interesse público, em razão da economicidade, da disponibilidade imediata, da ausência de necessidade de investimentos significativos em infraestrutura própria e da garantia de fornecimento contínuo por empresa tecnicamente habilitada. A medida permite ao Município concentrar seus recursos financeiros e administrativos na prestação dos serviços de saúde, assegurando o atendimento seguro e ininterrupto da população usuária da rede pública municipal.

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, adotando-se a participação em ampla concorrência, tendo em vista que a pesquisa de mercado realizada pela Administração demonstrou a inexistência, ou a existência em número insuficiente, de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) aptas a fornecer o objeto pretendido.

As consultas efetuadas junto ao mercado (mapa compativo de preços anexo) revelaram que os potenciais fornecedores são, em sua maioria, empresas de médio e grande porte, circunstância que inviabiliza a restrição da disputa exclusivamente às ME e EPP, sob pena de comprometimento da competitividade do certame e do risco de restar deserto ou fracassado.

Assim, a adoção da ampla concorrência observa os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a participação do maior número possível de licitantes e aumentando a probabilidade de obtenção de melhores condições de contratação.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40 estabelece que deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

A adoção do sistema de registro de preços mostra-se a solução mais vantajosa, considerando a imprevisibilidade da



quantidade exata de eventos ao longo do exercício, a necessidade de contratações frequentes e a padronização dos itens, permitindo aquisições conforme a demanda, evitando estoques excessivos e proporcionando economicidade.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção das propostas que sejam as mais vantajosas para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, assim como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A Secretaria de Saúde indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição dos materiais podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Da mesma forma, não foram identificadas contratações válidas que possam interferir com o andamento e a execução deste processo ou que dele dependam diretamente.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



A contratação decorrente da presente licitação possui potencial de gerar impactos ambientais, principalmente relacionados ao consumo de combustíveis para transporte, emissão de gases de efeito estufa, utilização de embalagens, geração de resíduos e eventual descarte de materiais utilizados durante o fornecimento ou execução dos serviços.

Medidas de tratamento a serem adotadas pela contratada:

- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual;
- utilização racional de materiais e insumos, evitando desperdícios;
- adoção de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando tecnicamente viável;
- manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados, visando à redução da emissão de poluentes;
- cumprimento das normas ambientais aplicáveis à atividade desenvolvida.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.